

Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social

Brasilmar Ferreira Nunes
Arthur Costa

Resumo

O presente texto discute a lógica de urbanização em curso no Distrito Federal (Brasília) a partir de dados de renda e população. Mostra como essas duas variáveis refletem a dualidade do processo de ocupação do espaço do Distrito Federal (Plano Piloto e cidades satélites). De um lado, a urbanização do Plano Piloto é planejada pelas agências responsáveis, tanto do Governo Distrital como Federal. Como resultado, constitui-se numa área homogênea do ponto de vista social onde está localizada a burocracia estatal e que detém padrões urbanísticos de primeira qualidade. De outro lado, observam-se as cidades satélites, onde impera a anarquia do mercado. Entre as regras restritas de uso do espaço e as lógicas "espontâneas" de sua ocupação estaria a origem do recrudescimento da violência urbana no Distrito Federal.

Palavras-chave: Brasília; heterogeneidade social; migrações; planejamento urbano; urbanismo; violência urbana.

Abstract

This article discusses the logic of the ongoing urbanization process in Brasilia (federal District), focusing on family income and population. We show how these two variables reflect the heterogeneity of a dual process of urbanization (Urbanism Plan and Satellite Cities). On the one hand, the Urbanism Plan, in which the main State agencies are located, has the city's growth planned by local and federal agencies. As a result, it is a homogeneous area that has high urban patterns. On the other hand, we can observe the Satellite Cities, where the market's logic prevails. Between the restrict rules of urbanization of the Urbanism Plan and the "spontaneous" logic of the Satellite Cities are the origins of the increase in the urban violence in Brasilia.

Keywords: *Brasilia; social heterogeneity; migrations; urban planning; urbanism; urban violence.*

Apresentação

Nestas últimas décadas, as análises sobre a realidade urbana na América Latina, particularmente no Brasil, incorporam novos elementos críticos à tradicional imagem de “territórios de déficits” característicos de nossas cidades. O processo histórico recente vem intensificando a urbanização continental, trazendo à tona padrões peculiares de uso e ocupação do território. A democratização política do continente, a globalização da economia, a ampliação do consumo de massa e o progresso técnico, dentre outros fatores, colocam novas possibilidades de análise do fenômeno urbano no continente.

No caso brasileiro, por sermos ainda uma nação cuja população e atividades econômicas historicamente se concentrem na extensa faixa litorânea (MI/PNOT, 2005), observou-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, a incorporação contínua e permanente de novos territórios à dinâmica produtiva, particularmente as regiões Centro-Oeste e Amazônica. A expansão dessas duas macrorregiões vem se fazendo, por um lado, pelo uso intensivo de capital e, por outro, pela reprodução dos padrões tradicionais de produção e de relações sociais. A transferência da capital política da nação para o Centro-Oeste se inseriu e foi um dos motores desse movimento de expansão e interiorização dos processos econômicos e sociais do país.

O processo de urbanização das metrópoles brasileiras vem se caracterizando por: a) amplo processo de periferação, resultando em espaços com elevado padrão de

infra-estrutura ao lado de áreas carentes e precarizadas; b) padrões de renda familiar com elevados níveis de desigualdade; c) distribuição também desigual do emprego no território intra-urbano, gerando áreas com alto potencial de empregabilidade ao lado de outras, com baixíssimos potenciais; d) índices de violência guardando estreita correlação com índices econômicos e culturais; e) crescimento populacional alimentado, sobretudo, por migrações internas. Essa urbanização, com tais características gerais, obedece a múltiplas lógicas no uso e na ocupação do espaço de nossas metrópoles. Em um mesmo espaço urbano convivem diferentes tempos sociais e formas de controle distintas. Ou seja, a urbanização das metrópoles brasileiras é também marcada pela heterogeneidade. É sobre esse último aspecto que iremos concentrar nossa análise sobre o Distrito Federal.

Neste texto, discutiremos aspectos ligados à natureza do processo de urbanização tal qual ele vem sendo observado no Distrito Federal. Argumentamos que a lógica urbana presente no Distrito Federal guarda estreita proximidade com as lógicas urbanas presentes nas demais metrópoles brasileiras. Assim, mesmo que Brasília tenha surgido a partir de rigorosos critérios de planejamento urbano, o Distrito Federal apresenta diferentes lógicas de urbanização. Inicialmente discutimos o imaginário sobre Brasília como capital do país. Na sequência, discutiremos as diferentes dinâmicas econômicas, populacionais e sociais no Distrito Federal. Finalmente, concluiremos sobre a característica heterogênea desse processo.

Brasília(s) e imaginário de capital do país

Na origem, quando de sua concepção e construção, a denominação “Brasília” identificava a nova capital do país e esta se confundia com o Distrito Federal. Durante sua construção, investiu-se no chamado “Plano Piloto”, justamente a área da nova cidade onde se localizariam as instituições públicas dos três poderes da República, além das moradias para a burocracia que para lá seria transferida. No plano urbanístico de Lúcio Costa havia referências às cidades “satélites”, mas nenhum projeto mais acurado foi feito para elas, fora a identificação de algumas de suas possíveis localizações dentro do perímetro do futuro Distrito Federal.¹ Passados 47 anos, o resultado é que, ao lado de um “Plano Piloto”, emblemático pelo seu significado simbólico, vem ocorrendo a expansão urbana do Distrito Federal de maneira semicontrolada, nele se repetindo as tradicionais formas de expansão de áreas urbanas do país. Os vultosos investimentos que foi necessário disponibilizar para a construção do Plano Piloto e os que são permanentemente utilizados para sua manutenção nos padrões definidos, fizeram (e fazem) com que o modelo experimental do novo Distrito Federal (o seu “Plano Piloto”) se tornasse único e definitivo e termina por se apresentar ao restante do país, e do mundo, como a “capital do Brasil”. Guardadas as devidas proporções, seria como se resumíssemos, por exemplo, o Rio de Janeiro à sua Zona Sul ou São Paulo à região dos Jardins. Tudo se passa como se déssemos o privilégio a uma única área e, nesse caso, a um único grupo social,

o monopólio da representação de uma realidade social heterogênea. De qualquer forma, e de maneira ambivalente, o Distrito Federal tem nesse “Plano Piloto” o elemento que o diferencia das demais cidades, portanto, ele ocupa importante lugar na sua própria consolidação enquanto capital.

Esse imaginário também teve reflexos na produção acadêmica sobre a cidade. Alguns dos principais trabalhos sobre a nova capital, particularmente aqueles relacionados ao campo da arquitetura, concentram-se quase exclusivamente nas características do plano piloto (Holston 1993; Carpintero 1998; Leme, 1999). Uma das exceções a essa tendência é a “Coletânea Brasília”, organizado pelo professor Aldo Paviani e editada pela Editora da Universidade de Brasília. Nessa coleção, os autores vêm priorizando não apenas o plano piloto, mas também as cidades satélites (Paviani, 1999; Paviani e Gouveia, 2003; Paviani, Ferreira e Fóscolo, 2005).

A Codeplan, órgão de planejamento do governo distrital, em um de seus últimos levantamentos oficiais, considera o Distrito Federal como a área composta por 18 “Regiões Administrativas”, além de Brasília.² Essas RA’s refletem dinâmicas intradistritais distintas e, apesar de terem seus perímetros predelimitados legalmente, quando analisadas internamente, são plenas de situações ambíguas. Uma análise um pouco mais apurada mostra que espaços enormes, ainda sem legalização formal, transformam uma boa parte do território do Distrito Federal em “terra de ninguém”, não se diferenciando de outras capitais brasileiras: os subúrbios formam-se muitas vezes sem controle e sem planejamento estatal.

O inesperado no Distrito Federal é que tal fenômeno ocorra justamente num território escolhido, delimitado, desapropriado para sediar uma cidade capital.

Densidade populacional e densidade moral: a medida do social

O crescimento populacional do Distrito Federal é tema de inúmeras polêmicas: considerou-se, quando de sua construção, um número hipotético de 500.000 habitantes, lançado como o esperado para a sua população e, a partir daí, qualquer oportunidade é utilizada para criticar esse número. Por um lado, há que se levar em conta que todas as estimativas de crescimento populacional no Brasil feitas na segunda metade do século passado foram ultrapassadas pelos fatos. Por outro, considerando-se que, na época da construção da nova capital, não se tinha o número exato de funcionários públicos que para cá seriam transferidos, é certo de que aqueles 500.000 foi um número absolutamente aleatório e sem a mínima consistência real (Carpintero, 1998).

Mesmo assim, ou justamente por isso, é pertinente uma breve reflexão sobre os impactos da dinâmica (crescimento) populacional sobre a dinâmica urbana. Recorremos a Durkheim (1995), com sua tese sobre a densidade moral que uma sociedade atinge em função do seu crescimento populacional. Argumentando sobre a mudança social que o crescimento no número de habitantes provoca, aquele autor insiste na diferença que exis-

te quando estamos considerando sociedades calcadas em solidariedades mecânicas e solidariedades orgânicas. É justamente nestas últimas que o crescimento populacional faz aumentar a interdependência entre os indivíduos, intensificando as interações sociais. Seu argumento é de que, em baixos quantitativos populacionais, haveria maiores possibilidades de uma existência autônoma, tudo indicando que nesses casos os indivíduos prescindam dos demais para satisfação da maior parte do que necessitariam para viver.

Evidente que Durkheim, quando elabora tais argumentos, de forma nenhuma os baseia numa fração da sociedade ou numa cidade específica: sua visão é abrangente para o conjunto do social e do território. Entretanto, para nosso propósito, esses argumentos podem ser úteis. Estamos tratando de um aglomerado que apresenta uma dinâmica demográfica com forte poder de atração de fluxos migratórios. Essa característica se manifesta de forma ambivalente. Por um lado, o volume de pessoas à procura de trabalho sendo superior à oferta de postos disponíveis gera um ambiente com elevada taxa de desemprego e, portanto, de desigualdade. Por outro lado, o fato de termos um contingente populacional relativo, induz novas atividades, diversifica as já existentes e atua como fator de atração de novos migrantes.

O fato é que as estatísticas apontam um vigoroso crescimento populacional do Distrito Federal após a inauguração de Brasília. De um espaço praticamente vazio, com vida social tipicamente rural, alcança-se, 47 anos depois, uma área urbanizada com mais de 2.000.000 de habitantes, espalhados pelas

19 Regiões Administrativas. Estas surgem com frequência e crescem com rapidez impressionante, literalmente no meio do nada. Como pólo atrativo de correntes migratórias, o Distrito Federal teve um crescimento explosivo nas décadas de 1960/1970 e de 1970/1980 (respectivamente 14,4% e 8,2% a.a.). Embora a proporção de migrantes na população total seja muito menor que em 1970, em 2000, Brasília ainda exercia forte poder de atração: 19,1% de seu total populacional é não nativa com menos de 10 anos de residência.³ O fenômeno alcança tal dimensão que pensar Brasília significa refletir sobre dinâmicas conjunturais: a cidade é completamente distinta do que era há dez anos e provavelmente se distinguirá bastante nos dez anos vindouros face ao que ela é hoje.⁴ A metrópole se coaduna com a função de pólo de atração e pólo de fixação de migrantes, com área de influência ampla e difusa pelo território nacional, embora polarizando principalmente migrantes de áreas limítrofes.

Por outro lado, retomando os argumentos de Durkheim, é possível pressupor que o aglomerado humano em formação, no caso de Brasília, apesar de heterogêneo em qualquer perspectiva que se examine, detém a característica de, em sendo a capital política do país, apresentar segmentos modernizantes com forte capacidade de hegemonia. O aparelho de Estado que se transfere para Brasília passa, nas últimas décadas do século XX, por processos de contínua transformação e atua como indutor de inovações que se espalham por todas as dimensões da vida urbana local. Ao mesmo tempo, o Distrito Federal vai constituir, junto com a cidade de Goiã-

nia, um macroeixo urbano com potencial de expansão único dentro de uma vasta Região do Brasil Central. São serviços especializados (universidades, centros de pesquisa, comércio diversificado, etc.) que atendem a um mercado de consumo com elevado poder de compra. O *Atlas da Exclusão Social no Brasil* coloca o Distrito Federal em terceiro lugar entre as cidades brasileiras com maior número de famílias consideradas ricas, após São Paulo e Rio de Janeiro, constando esse potencial de consumo: cerca de 6% das famílias do Distrito Federal recebe mais de R\$ 10,9 mil por mês. Os dados do referido *Atlas* apontam também que a renda média das famílias brasilienses mais abastadas é de R\$40.787,90 mensais, contra um rendimento médio de R\$3.187,42 para todas as famílias. Com isso, o Distrito Federal tem a menor disparidade do país entre a renda da elite e o rendimento médio da população: 12,8 vezes para uma média nacional de 14,54 vezes. Tem-se assim uma franja importante do mercado consumidor com alto poder de compra, ao lado de outros extratos, os quais, embora com menor poder aquisitivo, também participantes do mercado local. Os argumentos apresentados estão, portanto, calcados na premissa de que a circulação de moeda, ao lado do crescimento populacional, é fator de consolidação da vida urbana. Em outros termos, instaura-se um ciclo virtuoso entre crescimento populacional, expansão do mercado, diversificação de atividades e de vínculos, o que fortalece a tese durkheimiana.

Para efeito de análise, classificamos as Regiões Administrativas (RA's) do Distrito Federal em três faixas de renda familiar,

segundo dados da Codeplan/DF, obtendo-se o seguinte:

- *Região Central*: composta por Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante que apresenta os maiores níveis de renda familiar (acima de R\$3.401 reais);
- *Região Satélite I*: com as cidades de Taguatinga, Gama, Sobradinho, Guará, Candangolândia e São Sebastião, cidades que apresentam renda média entre R\$1.100 reais e R\$3.400 reais;
- *Região Satélite II*: com as cidades satélites de Brazlândia, Paranoá, Planaltina,

Ceilândia, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo, cidades cuja renda familiar chegaria até os R\$1.000 reais.

A classificação das regiões administrativas por "renda familiar" corresponde a uma ordem idêntica quando consideradas por renda *per capita*; as únicas exceções são Riacho Fundo e Ceilândia que, pela renda familiar, estariam na Região Satélite II e pela renda *per capita* se aproximam bastante da Região Satélite I. A Tabela 1 permite visualizar essas informações.

Tabela 1 – Renda média Familiar e *per capita* por Região Administrativa 1997-2000

	Renda familiar		Renda <i>per capita</i>	
	R\$	SM*	R\$	SM*
<i>Região Central</i>				
Brasília	3.553,30	23,5	1.140,10	7,6
Lago Sul	8.026,80	53,2	2.007,00	13,3
Lago Norte	5.829,70	38,6	1.370,60	9,1
Cruzeiro	3.497,70	23,2	1.053,70	7,0
Núcleo Bandeirante	3.042,80	20,2	835,00	5,5
<i>Região Satélite I</i>				
Taguatinga	1.797,20	11,9	489,40	3,2
Gama	1.102,10	7,3	292,30	1,9
Sobradinho	1.434,20	9,5	376,90	2,5
Guará	2.130,90	14,1	567,80	3,8
Candangolândia	1.463,30	9,7	371,50	2,5
São Sebastião	1.129,80	7,5	281,00	1,9
<i>Região Satélite II</i>				
Brazlândia	722,20	4,8	182,30	1,2
Paranoá	630,30	4,2	152,50	1,0
Planaltina	758,10	5,0	194,00	1,3
Ceilândia	846,00	5,6	216,20	1,4
Samambaia	683,40	4,5	169,40	1,1
Santa Maria	720,10	4,8	167,00	1,4
Recanto das Emas	573,20	3,8	140,30	0,9
Riacho Fundo	992,90	6,6	268,40	1,8

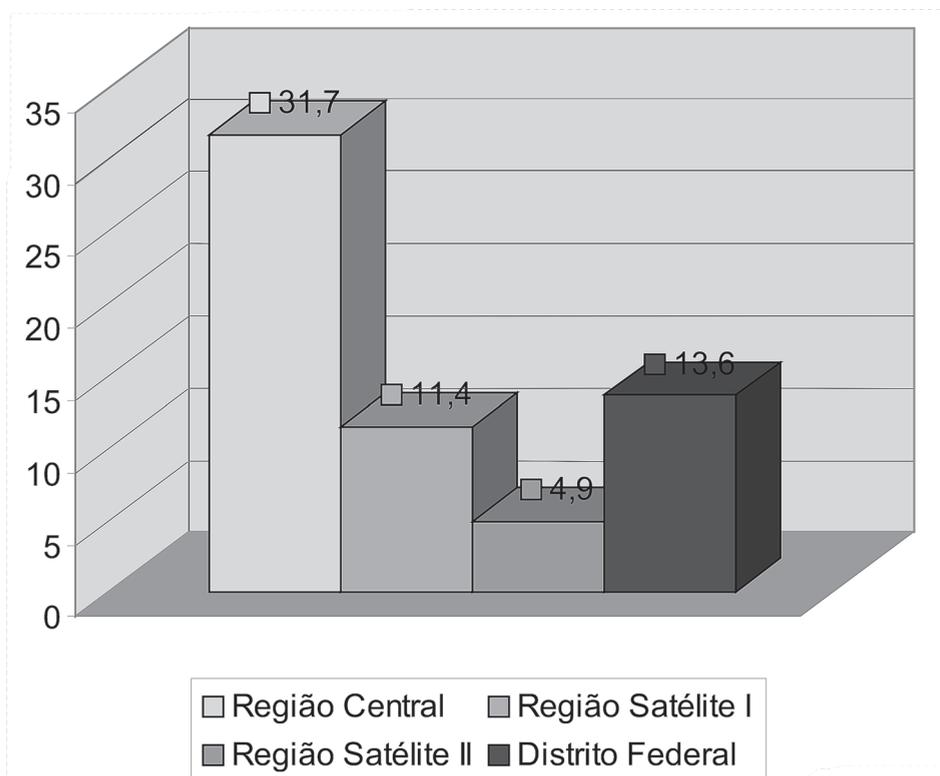
Fonte: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - Codeplan (2003).

* Valor do salário mínimo em fevereiro/abril de 1997 - R\$112,00.

Qual seria a dedução mais óbvia que poderia ser retirada dos números acima? Sem dúvida, a enorme disparidade de renda entre a denominada Região Central do Distrito Federal e as demais Regiões Administrativas. Entre os extremos superiores de R\$8.026,80 de renda familiar média e os R\$2.007,00 de renda per capita do Lago Sul e os extremos inferiores de R\$573,20 de renda familiar média e os R\$140,30 de renda per capita do Recanto das Emas se constata a enorme disparidade socioeconômica que se reproduziu no Distrito Federal à semelhança do restante da socieda-

de brasileira. Essa evidência, por si só, já é um excelente indicador do fato de que o Distrito Federal pode ser considerado, em algumas de suas características, um microcosmo do país e de sua sociedade. Em outras palavras, tem-se indícios claros de que, longe da idéia de “ilha da fantasia”, o Distrito Federal reproduz, com requintes particulares, toda a complexidade social verificada em outras cidades brasileiras. A Figura 1 ilustra a distribuição das cidades satélites e de Brasília segundo os critérios adotados e algumas observações podem ser feitas com base nesses cortes.

Figura 1 – Renda Familiar: Distrito Federal e regiões, 1997



A Região Central apresenta-se com elevado grau de homogeneidade quando analisada pela renda familiar e per capita. O Lago Sul, com os mais altos níveis de renda média (R\$2.007,00), bem como Brasília, Lago Norte e Cruzeiro com níveis aproximados de renda média per capita (em torno de R\$1.100,00) constituem a área “nobre” do Distrito Federal. Poder-se-ia argumentar que essa Região Central é uma espécie de expansão do Plano Piloto tal qual imaginado na origem. Apenas o Núcleo Bandeirante apresenta renda per capita de R\$835,00: trata-se de antiga área popular para onde, uma vez inaugurada a cidade, foi levada parte dos cangangos da fase da construção, mas que, dada sua localização, absorve parcela de bairro nobre (Park-Way), o que eleva sua renda média. Claro que a concepção urbanística do conjunto da “Região Central” não guarda os mesmos princípios de Brasília, embora sejam áreas com refinado controle de ocupação e com estratégias planejadas de expansão, alto padrão das habitações unifamiliares, os códigos urbanísticos que priorizam a característica de “cidade jardim”, a excelente infra-estrutura formam um conjunto de condições que terminam por se agregar à representação simbólica da nova capital.⁵ Sem falsas ironias, pode-se considerar que está nessa área o sonho de espaço urbano civilizado, cosmopolita, quase um *boulevard* europeu, clichê imaginado pelos idealizadores do projeto vencedor.

A Região Satélite I é composta pelas primeiras e tradicionais cidades satélites do Distrito Federal. Muitas delas surgiram simultaneamente ao Plano Piloto, às vezes como resultado de políticas de expulsão de

populações que vieram para a construção da cidade; outras foram se consolidando (Taguatinga) ou surgindo em decorrência da própria expansão do novo sítio urbano (Guará, Gama, Sobradinho). As duas únicas exceções são Candangolândia, uma invasão que se consolida numa localização privilegiada, praticamente colada ao Plano Piloto e, portanto, com um potencial de valorização imobiliária, e São Sebastião, também privilegiada do ponto de vista da sua localização, na medida em que, estando próxima do Lago Sul, tem um mercado de trabalho assegurado, sobretudo de serviços domésticos em geral. Nessa região também têm surgido inúmeros condomínios de classe média atraídos pela proximidade do Lago Sul, muitos deles ainda em situação fundiária irregular.

A Região Satélite II, com exceção de Ceilândia e Planaltina, é formada por cidades satélites recentes (criadas nos fins dos anos 80 e na década de 90). É um emaranhado de lógicas ocupacionais, muitas vezes selvagens, invasões que se consolidam a partir de articulações da população com forças políticas locais que vêm na indefinição das áreas públicas do Distrito Federal um instrumento privilegiado de consolidar seu “poder local”.

Os dados evidenciam o que já é voz corrente: o crescimento populacional e a expansão da área urbana do Distrito Federal vêm se fazendo através da urbanização da pobreza que predomina em áreas geográficas próximas, como o sertão nordestino e algumas regiões de Goiás e Minas Gerais. Portanto, aqui estão populações oriundas de áreas rurais, ou semi-rurais, em geral com baixo

grau de qualificação. Ao contrário das demais regiões, especialmente a “Região Central”, aonde novos moradores vêm atraídos por empregos praticamente garantidos,⁶ a “Região Satélite II” é constituída, na sua maior parte, por populações expulsas de suas áreas de origem que emigraram no intuito de se inserirem no mercado de trabalho local.

O tombamento do Plano Piloto – medida polêmica mesmo entre profissionais do urbanismo e do desenho urbano – tem como consequência dar maior legitimidade na aplicação de instrumentos de controle de expansão urbana ainda em curso. Ora, como iremos ver mais à frente no contexto de elevado crescimento demográfico, as cidades satélites tornam-se os verdadeiros centros dessa dinâmica populacional.

A Tabela 3 mostra a população do Distrito Federal (Brasília e regiões administrativas), permitindo observar sua evolução. A apresentação desses números pode ser lida a partir de duas perspectivas. Em primeiro lugar, objetiva as forças sociais, isto é, torna visível, sob a forma de regularidade fenomenal, a “resistência” do fato social. Em outros termos, a massa de pessoas que abandonam suas origens em direção ao Distrito Federal é um fenômeno, antes de tudo, social, mais do que individual. Em seguida, pelo volume de migrantes que, de toda parte, se dirigem para Brasília, pode oferecer indicações das transformações em curso nos lugares de origem. Ou seja, quanto mais uma prática se mostra regular, mais se pode pressupor que os processos em curso na origem são importantes. A migração em direção a Brasília é sempre forte e permanente; certamente, mudanças

importantes estão a ocorrer no conjunto das áreas polarizadas pela cidade.

Entretanto, os dados estatísticos aqui utilizados não irão dizer nada desses processos na origem, somente apontar, no lugar de destino, seus efeitos através de suas regularidades, ou seja, não se irão aqui discutir as razões dessa decisão de migrar, apenas discernir o impacto na ocupação do território geográfico do Distrito Federal.⁷ A análise por segmento da classificação adotada anteriormente das RA's permite lançar alguns elementos que podem ser úteis na decodificação da dinâmica espacial do Distrito Federal. Ajuda em parte, como veremos na sequência, na comprovação do pressuposto que estamos utilizando, de que o DF pode ser considerado um microcosmo do Brasil urbano.

REGIÃO CENTRAL

Na Região Central temos algumas peculiaridades. A R.A. de Brasília teve queda de população entre 1996 e 2000. Apesar de pequena (-0,5%), esse fato seria absolutamente inesperado para um Distrito Federal que, no conjunto, vem se caracterizando justamente por rápida expansão no número total de habitantes: crescimento de 3% da população no período, ou seja, taxa próxima da média nacional. Claramente, o acréscimo populacional verificado vem se dando de forma desigual dentro do espaço distrital. Assim, poder-se-iam levantar algumas hipóteses sobre as causas dessa diminuição de população em Brasília. Em primeiro lugar, o rígido controle de uso do solo engessa a expansão física da área. Após 47 anos de existência, as últimas áreas ainda livres estão sendo rapidamente

Tabela 2 – População total e taxa média geométrica de crescimento anual por Região Administrativa do Distrito Federal 1996/2000

Localidade	1996		2000		Taxa de crescimento	Densidade demográfica (hab./km ²)
	Valor absoluto	%	Valor absoluto	%		
Região Central						
Brasília	202.426	11,11	198.422	9,67	-0,50	419,47
Lago Sul	28.946	1,59	28.137	1,37	-0,71	147,90
Lago Norte	26.211	1,44	29.505	1,44	3,00	513,21
Cruzeiro	56.008	3,07	63.883	3,11	3,34	7.106,00
Núcleo Bandeirante	221.254	12,14	243.575	11,88	2,43	1.854,53
Região Satélite I						
Taguatinga	121.601	6,67	130.580	6,37	1,80	472,91
Gama	101.136	5,55	128.789	6,28	6,23	226,19
Sobradinho	31.327	1,72	36.472	1,78	3,87	442,67
Guará	102.709	5,64	115.385	5,63	2,95	2.527,04
Candangolândia	13.827	0,76	15.634	0,76	3,12	2.354,51
São Sebastião	44.235	2,43	64.322	3,14	9,81	167,86
Região Satélite II						
Brazlândia	47.714	2,62	52.698	2,57	2,51	111,16
Paranoá	47.126	2,59	54.902	2,68	3,89	64,44
Planaltina	116.452	6,39	147.114	7,17	6,02	95,70
Ceilândia	342.885	18,82	344.039	16,77	0,08	1.483,18
Samambaia	157.341	8,64	164.319	8,01	1,09	1.550,61
Santa Maria	87.706	4,81	98.679	4,81	2,99	467,11
Recanto das Emas	51.671	2,84	93.287	4,55	15,92	919,35
Riacho Fundo	21.371	1,17	41.404	2,02	17,98	759,28

Fonte: IBGE e SEDUMA/DF

ocupadas com novas construções. Entretanto, isso, por si só, não está resultando em maior número de habitantes. Provavelmente, os novos imóveis estão sendo ocupados por moradores do Plano Piloto, por razões tais como divórcios, separações, união entre pessoas que já moravam na área, etc. Tudo se passa como se fosse o caso de uma grande propriedade que vai sendo dividida entre os membros da família uma vez que atingem a maioria. Um outro argumento pode ser o elevado preço dos imóveis aí situados, os

quais, gozando de localização privilegiada e com condições urbanísticas excepcionais, alcançam valores inatingíveis pela grande maioria das famílias no DF. De qualquer forma, trata-se de área tombada, o que significa que sua população total pode ser matematicamente projetada, uma vez que os gabaritos dos prédios estão predefinidos.

O fato é que, em termos de padrões habitacionais, a expansão da R.A. de Brasília vem se dando cada vez mais pela construção de novos imóveis com elevado padrão,

independentemente do tamanho. O valor é estipulado pela localização e mesmo os pequenos apartamentos ou os kits recentes nas entrequadras ou nas quadras 700 e 900 estão cada vez mais sofisticados. Esse fato é visível tanto na Asa Sul, mais antiga, quanto na Asa Norte, área ainda em expansão. Nesta última, os apartamentos têm mais liberdade de concepção estética, as entrequadras já não seguem o modelo das da Asa Sul, transformando-se em área comercial e área residencial com seus pequenos apartamentos ou kits. Esse fenômeno é uma clara indicação de que houve problemas na concepção do espaço físico de Brasília, que, com apartamentos programados para famílias (muitos deles chegam a ser "excessivos" no tamanho), não previram a diversificação da oferta, ocorrendo uma demanda reprimida por imóveis menores. Nas palavras de um dos empresários do setor imobiliário local, "*como faltam opções para orçamentos mais modestos em Brasília, as pessoas partem para o improviso, que são as salas comerciais*".⁸ Mais uma vez, o zelo com o Plano Piloto e a demora na aprovação de novos regulamentos para construção na área demonstram a dificuldade que é controlar espaços urbanos em sociedades de mercado.⁹

Ainda nessa Região Central, o Lago Sul também sofre os mesmos efeitos de queda de população entre 1996 e 2000, com diminuição de 0,7% entre 1996 e 2000. Esse dado chega a ser curioso. Em primeiro lugar, porque esta área ainda conta com muitos espaços desocupados, terrenos baldios utilizados como especulação. Trata-se dos maiores preços de metro quadrado não construído do DF. Os imóveis já construídos são uni-

familiares, praticamente todos de elevado padrão, cujos aluguéis são inacessíveis para a imensa maioria do funcionalismo público. O perfil dos habitantes do Lago Sul é formado por políticos, profissionais liberais, funcionários de embaixadas, e, óbvio, funcionários públicos da alta hierarquia do Estado ou aqueles que compraram terrenos antes da supervalorização da área. Recentemente, sua ocupação vem se diversificando com a construção de pequenos núcleos de comércio local e mini-*shoppings* para atendimento dessa população de maior poder aquisitivo do DF. Logo, a pequena queda verificada na população residente pode ser imputada a fatores conjunturais ou pela supervalorização dos imóveis.

De fato, o crescimento populacional observado na Região Central do Distrito Federal é responsabilidade do Lago Norte e do Cruzeiro. O Lago Norte, na sua área nobre, com perfil aproximado de população do Lago Sul e Plano Piloto, incorpora na sua população total os habitantes do Varjão (área consolidada de invasão popular) e um pequeno trecho onde se instalam algumas empresas e se constroem pequenos edifícios de apartamentos menores que aqueles do Plano Piloto. Certamente, o pequeno aumento de população da área é devido a esses dois fatores. O Cruzeiro incorpora na sua população total a expansão do Sudoeste, área recente de edifícios habitacionais, onde a classe média, que não conseguia acesso a imóveis no Plano Piloto – ou no padrão desejado ou pela pequena oferta –, opta pelos novos apartamentos com gabaritos modernos que fogem ao tradicional das Asas Norte e Sul. Nos anos

noventa foi nesta área que mais se construiu para a classe média no Distrito Federal.

A análise acima mostra um aspecto curioso: a população da Região Central do Distrito Federal tem um crescimento absoluto praticamente vegetativo no período. Claro que se trata de um curto espaço de tempo (1996-2000). Entretanto, esse é um tempo importante para uma cidade que tem apenas 47 anos de existência. A taxa de média de crescimento geométrico é de 5,13%. Essa taxa é muito menor do que as observadas para o DF no seu conjunto. As razões para isso podem ser o baixo nível de novas contratações na administração pública nos anos recentes, a dificuldade de se morar na área dado o elevado preço dos imóveis e dos aluguéis, ou mesmo porque a mobilidade social no Brasil é estreita e isso se reflete nesses dados, em nível local. O conjunto dessas alternativas é que poderia explicar essa situação. O tombamento do Plano Piloto, de qualquer forma, engessou a expansão física da área e dificultou qualquer tentativa de alterar alguns dos pressupostos do Plano original. É nas cidades satélites que acontecem as novas dinâmicas de expansão urbana do Distrito Federal.

REGIÃO SATÉLITE I

Se pudesse aplicar a expressão “área nobre” para as satélites, certamente as cidades aqui listadas seriam incluídas. Em primeiro lugar, pela localização dentro do DF: limítrofes do Plano Piloto se beneficiam das inúmeras vantagens que esse aspecto concede, o principal deles é justamente o mercado de trabalho. No Distrito Federal, Brasília concentra mais de 70% dos empregos formais, o que quer

dizer uma fantástica concentração espacial de postos numa única área, talvez a mais expressiva dentre as grandes cidades brasileiras. Ao mesmo tempo e em decorrência dessa localização, são servidos por amplas vias de tráfego e pelos melhores e relativamente mais baratos serviços de transporte público do Distrito Federal. Como as inovações que ocorrem no DF começam em Brasília para depois se estenderem às satélites, o sistema de transporte reflete essa situação: a única linha de metrô existente até o momento liga uma boa parte das satélites com o Plano Piloto. Finalmente, em termos relativos, os imóveis são bem mais acessíveis, tanto para compra como para aluguel, o que termina por absorver uma parcela da demanda que não tem condições financeiras de morar em Brasília. Das seis R.A.’s que compõem essa área, duas chamam a atenção pelo crescimento populacional: Sobradinho e São Sebastião. Sobradinho, sem dúvida, apresenta esse elevado percentual de crescimento (média geométrica de 6,23%) graças à expansão dos condomínios que, pouco a pouco, ocupam praticamente todo o espaço físico dessa satélite. São, em geral, áreas ainda não regularizadas, habitadas por uma classe média composta na maioria por funcionários públicos. São Sebastião, inicialmente, foi área de expansão por invasões, mas hoje está regularizada. Habitada por uma população de migrantes com menor qualificação atende, sobretudo o mercado de trabalho do Lago Sul (sobretudo doméstico). A exemplo de Sobradinho, em São Sebastião é a expansão dos condomínios de classe média que responde pela elevada taxa de crescimento geométrico anual de 9,81%.

Taguatinga, Gama e Guará são cidades tradicionais do DF. Apresentam um processo já acentuado de verticalização das construções, assumindo ares de grandes cidades, sobretudo Taguatinga, Guará e Gama. A área de Águas Claras em Taguatinga é responsável pelo elevado aumento de população relativa no período, transformando-se numa expansão de classe média com apartamentos com gabaritos acima dos do Plano Piloto. Nesse particular, destoam do restante das satélites, onde as habitações unifamiliares ditam o perfil das moradias. Ao mesmo tempo apontam para essa tendência a verticalização, tendo em vista o rígido controle pelos ambientalistas, transformando em item raro um bem que era abundante há poucos anos atrás: a terra urbana. Dada a diversidade de renda familiar, de padrões habitacionais, de ocupação profissional dos moradores, há claras indicações de que é nessa área que se constrói uma vida urbana na perspectiva sociológica, ou seja, diversidade socioeconômica e individualização. A taxa média geométrica de 30,21% observada nessa Região mostra uma dinâmica populacional bastante superior à da Região Central. Pode-se dizer que o crescimento populacional dessa região corresponde ao descolamento de famílias de classe média da região central e satélite II para essas novas áreas de expansão imobiliária.

REGIÃO SATÉLITE II

As cidades satélites aqui classificadas são as principais responsáveis pelo crescimento populacional do Distrito Federal, conforme pode ser verificado na Tabela 3: muitas de-

las apareceram nos fins dos anos 1980 e na década de 1990. São famílias que chegaram ao Distrito Federal atraídas pela imagem que a cidade apresenta ao restante do país, bem como pela sua proximidade geográfica. Uma rápida verificação nas condições materiais de uma vasta região interiorana limítrofe, tanto no Centro-Oeste como no Nordeste (Sertão) e parte do Sudeste (sobretudo as bordas mineiras com o Centro-Oeste), pode comprovar déficits em inúmeros serviços coletivos (educação, saúde, habitação, etc.). Brasília tem estoque razoável desses serviços, além do potencial de empregabilidade que apresenta.

Essa Região Satélite II conta com características heterogêneas nas dinâmicas populacionais. Ceilândia, por exemplo, é uma tradicional cidade do Distrito Federal, resultado de expulsões de candangos que vieram para a construção da cidade nos anos 1960 e que adquire dinâmica autônoma, acolhendo posteriores migrantes que se dirigem para o Distrito Federal. Os seus 344.039 habitantes em 2000 fazem dela a maior das cidades dessa Região, embora sua expansão esteja praticamente estabilizada. Limítrofe de Taguatinga e de Samambaia, forma no conjunto um denso aglomerado populacional no Distrito Federal. Planaltina é anterior à construção de Brasília e está demonstrando ainda importante capacidade de atração de população (taxa geométrica de crescimento de 6,02%). Entretanto, das cidades satélites que compõem essa Região II, os grandes destaques são Riacho Fundo (taxa geométrica de crescimento anual de 17,987%) e Recanto das Emas (taxa geométrica de 15,92%).

Os dados que estão sendo utilizados nesta análise não dão conta da recente dinâmica intra-urbana da população do Distrito Federal. Observações *in loco*, por exemplo, mostram uma expansão intensa de condomínios em áreas ainda desabitadas, além de invasões de populações carentes (por exemplo, a área de Itapoã no Paranoá), o que confirma a afirmação anterior, de que trabalhar a realidade do Distrito Federal é refletir sobre conjuntura.

A violência urbana na “Ilha da Fantasia”

Compreender a formação de Brasília e de seu aglomerado urbano, o papel da política de preservação do centro e transferência da população favelada e das invasões para a periferia, implicando um duplo processo de seletividade espacial e segregação social, é fundamental para entender a espacialidade da violência urbana no Distrito Federal. Todo esse explosivo crescimento demográfico e o contexto socioeconômico diferenciado vêm trazendo inúmeros desafios à vida urbana no Distrito Federal. Questões ligadas ao meio ambiente, como o desmatamento, a escassez de recursos hídricos, o tráfego que começa a dar sinais de estrangulamento e a poluição sonora estão cada vez mais presentes no cotidiano dos moradores da cidade, manchando a imagem de tranquilidade social confundida com a ideia de “ilha da fantasia”. Entretanto, aquilo em que o Distrito Federal está cada vez mais se aproximando das grandes cidades brasileiras se prende à violência urbana. A vulnerabilidade dos moradores fica patente nas

áreas de invasão, particularmente na Região Satélite II, de maior densidade populacional, mas também na Região Central, onde o desenho da cidade, pelas suas peculiaridades, torna vulneráveis seus habitantes. Dessa maneira, uma cidade planejada, onde a população poderia viver sem ter que lidar com os problemas relacionados à violência urbana está se transformando numa imagem bastante distante.

Os índices de violência são muito elevados e bastante diferenciados entre as regiões que compõem o Distrito Federal. Assim como outras metrópoles brasileiras, a violência se associa às desigualdades socioespaciais que caracterizam o Distrito Federal. No centro preservado, os índices de mortalidade por violência são baixos, enquanto que a periferia pobre apresenta índices mais elevados.

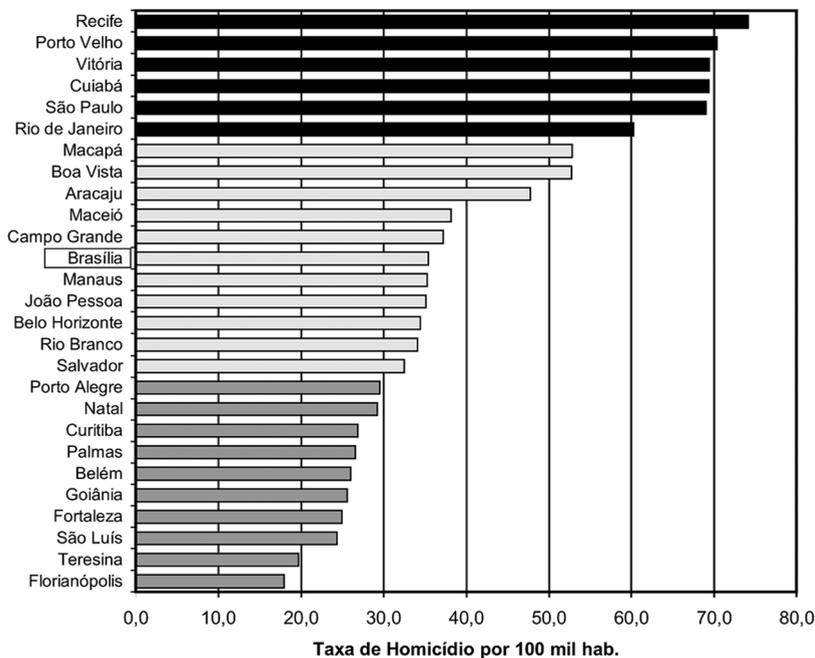
O fato é que, desde a década de 80, o Brasil vem apresentando crescentes taxas de violência. Nesse período, a taxa de homicídios por 100.000 habitantes saltou de 11,7 em 1980 para 26,2 em 1999, o que significou um aumento de 223%. Segundo relatório da Funasa, os homicídios são a segunda causa de mortalidade na população em geral no país, atrás apenas das doenças circulatórias (Funasa, 2000).

O crescimento da violência concentrou-se, principalmente, nas áreas urbanas e as taxas de homicídios foram mais acentuadas nas doze maiores regiões metropolitanas do país. Em 1998, essas regiões concentravam 36,7% da população brasileira e respondiam por 57,7% do total de homicídios (Mesquita Neto, 2001). Pode-se dizer, portanto, que o acentuado crescimento da violência verificado nas últimas décadas é um fenômeno urbano.

Seguindo a tendência nacional, o Distrito Federal vem apresentando taxas crescentes de homicídios nas últimas décadas. Entre 1980 e 2000, a taxa de homicídios cresceu de 12,5 para 37,5 por 100 mil habitantes, o que equivale a um aumento de 200,5%, um pouco menos que a taxa nacional. Boa parte desse crescimento aconteceu na década de 80, quando a taxa de homicídios aumentou 149%, saltando de 12,5 em 1980 para 31,2 em 1990. Na década de 90, esse crescimento diminuiu para 20%. Nesse período, o Distrito Federal apresentou uma das menores médias de crescimento anual da violência letal do país (3%), superior apenas às registradas por Maceió, Manaus, São Luís e Boa Vista.

Segundo os dados do Ministério da Saúde, o Distrito Federal apresentou, em 2000, uma taxa de 37,5 homicídios por 100.000 habitantes. Comparando com outras capitais brasileiras, podemos verificar que essas estatísticas não correspondem à imagem de "ilha da fantasia". As taxas verificadas em Brasília não são muito diferentes das estatísticas de outras capitais, conforme mostra a Figura 2. Recife, Vitória, Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Velho registraram, no mesmo ano, as mais altas taxas de homicídios do país, superiores a 60/100 mil habitantes. Por outro lado, cidades como Belo Horizonte, Manaus, Salvador, Goiânia, Fortaleza e Belém apresentaram números inferiores aos do Distrito Federal.

Figura 2 – Taxas de mortalidade por homicídios. Capitais brasileiras. 2000



Fonte: RIPSAs, Indicadores e dados básicos - IDB 2003, disponível em <http://www.datasus.gov.br>
 Obs.: Taxas corrigidas considerando-se a distribuição das causas externas indeterminadas.

Analisando a distribuição espacial desses homicídios, iremos perceber que as regiões com menor renda familiar são as mais atingidas pela violência (ver Tabela 3). O grupo denominado Satélite II, com renda familiar inferior a sete salários mínimos que concentra 48,58% da população, responde por 61,7% do total de homicídios do Distrito Federal. Já a Região Central, onde a renda familiar média é superior a 21 salários mínimos, concentra 15,59% da população e 7,1% do total de homicídios.

Pode-se afirmar, portanto, que são as regiões administrativas mais pobres que apresentam as maiores taxas de homicídios. As localidades com atendimento deficiente de serviços públicos, com precária infra-estrutura urbana, baixa oferta de empregos, serviços e lazer são, flagrantemente, as mais afetadas pela violência. Esse quadro reforça algo que parece uma tendência nacional. Diversos estudos têm destacado que as áreas metropolitanas mais pobres são as mais atingidas pela violência letal (Adorno, 1993; Cano,

Tabela 3 – Renda média Familiar, homicídios e população por Região Administrativa 2001

	Renda familiar		Homicídios		População	
	RS	SM*	Total	%	Total	%
<i>Região Central</i>			45	7,1	319.947	15,59
Brasília	3.553,30	23,5	29	4,6	198.422	9,67
Lago Sul	8.026,80	53,2	2	0,3	28.137	1,37
Lago Norte	5.829,70	38,6	8	1,3	29.505	1,44
Cruzeiro	3.497,70	23,2	6	0,9	63.883	3,11
Núcleo Bandeirante	3.042,80	20,2	9	1,4	36.472	1,78
<i>Região Satélite I</i>			198	31,2	734.757	35,84
Taguatinga	1.797,20	11,9	69	10,9	243.575	11,88
Gama	1.102,10	7,3	34	5,4	130.580	6,37
Sobradinho	1.434,20	9,5	37	5,8	128.789	6,28
Guará	2.130,90	14,1	39	6,1	115.385	5,63
Candangolândia	1.463,30	9,7	0	0	15.634	0,76
São Sebastião	1.129,80	7,5	10	1,6	64.322	3,14
<i>Região Satélite II</i>			392	61,7	996.442	48,58
Brazlândia	722,20	4,8	20	3,1	52.698	2,57
Paranoá	630,30	4,2	32	5,0	54.902	2,68
Planaltina	758,10	5,0	66	10,4	147.114	7,17
Ceilândia	846,00	5,6	124	19,5	344.039	16,77
Samambaia	683,40	4,5	59	9,3	164.319	8,01
Santa Maria	720,10	4,8	33	5,2	98.679	4,81
Recanto das Emas	573,2	3,8	55	8,7	93.287	4,55
Riacho Fundo	992,90	6,6	3	0,5	41.404	2,02

Fonte: Codeplan e Datasus (2000).

* Valor do salário mínimo em fevereiro/abril de 1997 = R\$112,00.

1997 e Zaluar, 1999). Nesse ponto, Brasília não parece ser muito diferente das demais capitais brasileiras. Ao contrário da imagem de “ilha da fantasia”, verifica-se que a cidade segue o padrão das capitais nacionais. Entretanto, isso não quer dizer que as populações de renda baixa sejam mais violentas, mas sim que o acesso aos instrumentos de resolução de conflitos sociais cotidianos é precário. Nessas áreas, a atuação do Estado enfatiza a repressão dos grupos e pessoas vistas como perigosas. É notável a fragilidade das instituições estatais destinadas à administração de conflitos, como as delegacias de polícia, as delegacias de trabalho, a defensoria pública e os tribunais. Sem falar da ausência quase que absoluta de ações estatais voltadas para cultura, lazer e outras iniciativas que promovam a interação social.

Nesse sentido, a tese durkheimiana de que as novas formas de sociabilidades decorrentes da intensificação da divisão social do trabalho implicam a criação de novos mecanismos de coesão social precisa ser problematizada. O crescimento populacional e a especialização do trabalho verificados em Brasília não foram seguidos de novas formas de controle social. Apesar da complexificação da sociedade no Distrito Federal, a lógica de expulsão e segregação das populações migrantes pobres continua orientando as dinâmicas urbanas. Da mesma forma que o precário planejamento estatal continua a pautar a expansão urbana dos sítios que abrigam a grande maioria da população do Distrito Federal.

Considerações gerais

A análise de renda e população no Distrito Federal nos permite algumas inferências. O Distrito Federal pode ser considerado como um exemplo de espaço urbano que se implanta em áreas de fronteira, como foi o caso de outras experiências similares no país (i.e. Belo Horizonte e Goiânia). Articulada às funções estatais de gestão política, seu destino é traçado *a priori* e com um horizonte temporal de vida garantido no longo prazo. Não se muda uma capital com frequência, o que nos permite afirmar que, neste caso, a cidade nasceu praticamente consolidada. O papel de pólo regional se observa na medida em que a cidade passa a exercer sua função de capital. A dinâmica local é visceralmente articulada ao Estado e às suas instituições: a presença estatal é visível na economia, na sociedade e na cultura local. Podemos também ressaltar que a criação da cidade estimulou a reestruturação da economia regional e, hoje, Brasília é um pólo de serviços com dinamismo próprio, formando junto com Goiânia o principal macroeixo urbano do Centro-Oeste brasileiro (Ipea, Unicamp, IBGE, 1999).

Na época da sua construção, a região Centro-Oeste ainda era pouco expressiva na economia nacional. De fato, a construção da capital nessa região significou a implantação de uma sociedade urbana com requintes avançados de modernidade. Em outras palavras, o aparelho do Estado que foi transferido é composto por uma cultura que define vínculos sociais calcados, sobretudo,

em contratos formais, via trabalho assalariado ou relações monetarizadas. Formou-se assim uma sociedade que, de certa forma, destoou da dinâmica regional que na época ainda era predominantemente rural. Paulatinamente os efeitos multiplicadores do pólo regional (Goiânia/Brasília) se estenderam para a economia rural, que experimentou, sobretudo a partir dos anos 80, acelerado processo de modernização com produção voltada para o mercado externo.

Por outro lado, os dados censitários que utilizamos dão pistas no sentido de comprovar o permanente fluxo migratório para o Distrito Federal, o que vem induzindo uma maior complexificação da relação entre as atividades político-administrativas e dinâmicas sociais intra-urbanas que, pouco a pouco, deverão ganhar autonomia ante a hegemonia do setor público. Ou seja, o peso relativo do setor público tende a diminuir com o contínuo crescimento da cidade.

Em grandes eixos, pode-se, portanto, lançar algumas interpretações sobre a dinâmica populacional e sua localização no espaço do Distrito Federal. Têm-se duas lógicas implantadas na área: de um lado, um plano piloto (Brasília) vitrine do urbanismo modernista, de outro, a expansão da área ocupada, através da criação de cidades satélites. O Plano Piloto é tratado com requintes primorosos do planejamento urbano pelas agências responsáveis pelo uso e ocupação do solo, tanto do Governo Distrital como Federal. Área homogênea do ponto de vista social, que detém padrões urbanísticos de alta qualidade, o Plano Piloto é o lugar das instituições burocráticas do Estado e moradia dos escalões supe-

riores do funcionalismo público. Na segunda área, que corresponde às Cidades Satélites, predomina a lógica do mercado. Essa dinâmica de dupla face – de um lado, regras restritas de uso do espaço e de outro, a expansão da área ocupada se fazendo através de lógicas de mercado – termina por gerar um ambiente urbano heterogêneo, a duas velocidades.

Conforme vimos ao longo do texto, na *Região Central* predomina o poder do Estado, que regula os processos de ocupação. Nas *Cidades Satélites*, sob o jugo dos interesses de mercado (grileiros, empresas imobiliárias, diferentes camadas de consumidores), o espaço parece anárquico, como se gozasse de uma autonomia completa ante as regras urbanísticas. Retomando a tese de Durkheim, podemos acrescentar que a passagem de uma sociedade simples para uma complexa se faz em tempos e lógicas múltiplas. No caso do Distrito Federal, é justamente nas cidades satélites que encontramos as formas mais tradicionais de uso e ocupação do solo. Ao contrastar essa realidade com o modelo de uma cidade planejada, podemos verificar que a dinâmica urbana guarda lógicas com elevados níveis de diferenciação.

É justamente nas cidades satélites, ou seja, nas áreas externas ao Plano Piloto, que a dinâmica de ocupação das terras foge ao rígido controle das Asas e do Eixo Monumental. O resultado é que o Distrito Federal é, de fato, área urbana em plena evolução, na medida em que a chegada de novos habitantes é uma rotina permanente, se expandindo inclusive para as áreas ao Distrito Federal (Entorno). A incompleta demarcação das áreas públicas faz das invasões uma prática generalizada,

ao contrário do restante do país, onde a invasão é praticamente estratégia dos grupos desfavorecidos. No Distrito Federal, ao lado de expansões de áreas com populações excluídas da lógica da economia local, tem-se também a multiplicação de condomínios de classe média, uma vez que esse segmento social também está ficando impossibilitado de adquirir moradia no Plano Piloto ou mesmo na Região Central do DF. Instaura-se, portanto, uma lógica segregacionista do espaço construído que, em conjunto com a lógica excludente da sociedade brasileira, produz um espaço urbano com elevado grau de tensão social. Desemprego, propriedades habitacionais instáveis, dificuldade de acesso à renda estão pouco a pouco transformando o Distrito Federal numa das áreas difíceis do país, à semelhança das outras metrópoles nacionais. O espaço social da cidade se torna cada vez mais tenso em razão do crescimento das desigualdades produzidas pela lógica da urbanização da pobreza. De qualquer maneira, em cenários com injustiças gritantes é de se esperar o recrudescimento da violência, tal qual acontece em outras capitais brasileiras, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

O plano piloto é um sucesso, ao menos pelo simples fato de que sua implantação guarda estreita proximidade com o projeto original.¹⁰ Talvez seja esta uma das razões de sua enorme valorização pelos arquitetos e urbanistas, que têm aí um ícone de suas aspirações: um projeto foi implantado possibilitando passar do sonho à realidade. Analisado, portanto, na sua concretude, como espaço construído, sua importância é consensual, sobretudo entre aqueles que atuam no cam-

po da arquitetura e do urbanismo. É nesse campo que são expressas as defesas mais apaixonadas do Plano Piloto e de onde, provavelmente, saíram os principais argumentos favoráveis ao seu tombamento.

Em outros ambientes, esse sucesso não é consensual, ou pelo menos sua realidade não está isenta de críticas, algumas delas ferozes. Assim, temos também lugares onde se discute e se critica o Plano Piloto a partir da vivência no cotidiano de pessoas que o habitam ou circulam por diferentes razões, particularmente o trabalho. Pode-se supor que, por detrás das críticas que se fazem, o que essencialmente se questiona é a lógica fundadora da sociedade brasileira da qual o Distrito Federal terminou por representar algumas de suas características. E não se poderia esquecer que a sociedade brasileira, inserida que está na lógica da globalização, encontra dificuldades para tratar os indivíduos como cidadãos: eles são vistos como consumidores. É nessa lógica que se apresenta a dificuldade teórica para olhar o Distrito Federal no conjunto. Cada núcleo é visto como uma aglomeração e tratado como unidade autônoma. Entretanto, o Distrito Federal só pode ser compreendido se o tomarmos como uma cidade única de mais de dois milhões de habitantes que guarda uma unidade identitária comum. De fato, a monopolização do nome “Brasília” pelo Plano Piloto e o tratamento secundário pelos formuladores da política urbana para os demais sítios do Distrito Federal pode ser explicada pela lógica segregacionista.

Esta realidade se apresenta como “desequilibrada” aos olhos de alguns estudiosos (Paviani e Gouveia, 2003) da realidade do

DF. Desequilíbrio é confundido aqui como resultado das migrações não programadas que “incham” as cidades satélites de indivíduos à procura de inserção social, maculando a assepsia do Plano Piloto. Entretanto, a desorganização não vem exatamente das migrações; ao contrário, as migrações é que são resultados de desorganização na origem: baixa capacidade de formalização do trabalho, estrutura de posse da terra favorecendo a expulsão de populações, dificuldades em garantir acesso a bens e serviços coletivos, etc. Conforme explicitado no estudo de Vasconcelos (2006), o padrão migratório para o DF é uma migração de grande distância com a predominância do Nordeste, tanto como origem, como procedência ou etapa migratória. O atual contingente de migrantes é de nordestinos de origem (55%) ou que vieram do Nordeste (42%) ou ainda que lá residiam há 5 anos (37%). Aqueles migrantes oriundos do Sudeste, embora significativos, são de menor volume. Trata-se, provavelmente, de uma migração residual da antiga capital ou a troca de quadros do serviço público. A alta renda, o elevado nível educacional e o local de moradia dos migrantes do Sudeste atesta isso. Os imigrantes do Centro-Oeste, na sua maior parte, são excedentes gerados pela fronteira

agrícola, sendo mais expressivas a procedência e a passagem pelo Centro-Oeste do que a origem. Este e o conjunto de situações nos locais de origem se refletem local de destino (DF), constituindo uma realidade que pode ser analisada através de uma perspectiva dupla, excludente:

- de um lado, a capacidade de polarização exercida pelo Distrito Federal é superior à possibilidade de se criarem mecanismos formais de inserção social para enormes quantitativos de migrantes. Decorrem daí os elevados níveis de desigualdade, apontados nas estatísticas de renda familiar e *per capita*;
- por outro, a presença desse contingente populacional, ao invés de ser encarado como sintoma de desequilíbrio, pode, ao contrário, ser valorizado como fator de complexificação potencial da sociedade local.

Uma ou outra perspectiva se apresenta com possibilidades negativas ou positivas, mas ambas refletem a articulação da sociedade local à lógica da sociedade nacional. Neste caso, a dinâmica social foge da influência das políticas locais de desenvolvimento e se integra nas dinâmicas macrosociais.

Brasilmar Ferreira Nunes

Doutor em Sociologia e professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil e pesquisador bolsista do CNPq.
bnunes@unb.br

Arthur Costa

Doutor em Sociologia e professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
arthur@unb.br

Notas

- (1) As tradicionais “cidades satélites” são hoje denominadas “Regiões Administrativas” pelo Governo do Distrito Federal, dentre as quais Brasília passa a ser uma delas, justamente a que corresponde ao Plano Piloto original
- (2) A partir de 2006, foram criadas mais três regiões administrativas, pelo desdobramento de algumas regiões preexistentes. Um estudo mais rigoroso da dinâmica populacional do Distrito Federal teria que levar em conta o enorme fluxo em direção ao seu entorno. Essa área não será contemplada neste texto, pois optamos por uma análise restrita às dinâmicas internas do distrito Federal.
- (3) Quando se iniciou a construção da nova capital, na segunda metade dos anos 50 do século passado, a densidade populacional da Região Centro-Oeste era de aproximadamente 2 hab/km², enquanto o litoral era de 50 hab/km².
- (4) Cabe destacar que parcela importante dos fluxos migratórios em direção ao Distrito Federal vem se localizando em áreas do “Entorno”, pois apresentam preços de terra menos elevados que os do DF. No conjunto, formam um enorme aglomerado, com algum grau de dispersão, mas que, em resumo, contribuem para a conformação do aglomerado urbano Goiânia-Anápolis-Brasília em franco crescimento (Vasconcelos et alii, 2006).
- (5) O que não impede, porém, a prática de invasões de terras públicas, sobretudo nas bordas do Lago Paranoá. Em se tratando de grupos sociais com poder econômico e prestígio social, a prática de invasão é aqui “tolerada”, salvo alguns conflitos esporádicos com o poder distrital. Jornais locais, de tempos em tempos, apontam para essa situação ambígua.
- (6) São os funcionários dos altos escalões da administração federal nos seus três poderes, os aprovados em concursos públicos de abrangência nacional, os profissionais liberais, etc.
- (7) De qualquer forma, a explicação de um fato social deve ser procurada no meio social correspondente e, como Durkheim mostra estudando o suicídio, o que pode parecer patológico do ponto de vista do indivíduo, deixa de sê-lo desde que se adote o ponto de vista do grupo.
- (8) *Correio Braziliense* de 29/1/2004, p. 28.
- (9) Essas regras estariam previstas no Plano Diretor Local (PDL), que determinaria como seria a expansão da cidade e, portanto, mais abrangente que as atuais Normas e Gabaritos de Brasília (NGB), que estabelecem as regras de edificação para cada setor da cidade. A elaboração do Plano, prevista na Lei Orgânica do DF, fica a cargo da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do DF (SEDUH) e da Câmara Legislativa.
- (10) É consenso entre os profissionais da área do urbanismo que, na escala do Plano Piloto, a maioria dos projetos arquitetônicos no mundo ou ficou no papel ou foi profundamente alterada no processo de implantação. Nesse sentido o Plano Piloto de Brasília é realmente uma exceção.

Referências

- ADORNO, S. (1993). A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Boletim Informativo Bibliográfico*, v. 35, n. 1, pp. 3-24.
- BARROS, R. P. et alii (2000). Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15 (fev.), n. 42, pp. 123-141.
- CALDEIRA, T. P. do R. (2000). *“Cidade de Muros” Crime segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/ Edusp.
- CAMPOS, A. et alii (2004). *Atlas da Exclusão Social no Brasil: os ricos no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- CANO, I. (1997). *Análise territorial da violência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ISER.
- CARPINTERO, A. C. C. (1998). *Brasília: prática e crítica urbanística no Brasil-1956-1998*. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo/FAU.
- CODEPLAN (2000). *Pesquisa socioeconômica das famílias do DF (1997) e Pesquisa domiciliar*. Brasília, GDF.
- COSTA, L. (1991). *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília, GDF, Arquivo Público do Distrito Federal.
- DURKHEIM, E. (1995). *Da divisão social do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes.
- FUNASA (2000). A mortalidade por causas externas no Brasil no ano de 1997. *Estudos Epidemiológicos*, Brasília, Funasa, pp. 97-117.
- HOLSTON, J. (1993). *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- IPEA/UNICAMP/IBGE (1999). *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. Brasília (Coleção Pesquisas n. 3, v. 3).
- KOLSDORF, M. E. e BICCA, B. (2001). *Permanência e metamorfose: a preservação de Brasília*. Brasília, Iphan.
- LEME, M. C. da S. (coord.) (1999). *Urbanismo no Brasil (1895-1965)*. São Paulo, Studio Nobel-FAUUSP/ Fupam.
- MEDEIROS, M. (2003). *O que faz os ricos, ricos: um estudo sobre fatores que determinam a riqueza*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia. Brasília, UnB.
- MESQUITA N., P. de. (2001). Crime, violência e incerteza política no Brasil. *Cadernos Adenauer*, v. 2, n. 1, pp. 9-42. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer.
- NUNES, B. F. (org.). (1997). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília, Paralelo 15.
- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (2004). *Brasília: a fantasia corporificada*. Brasília, Paralelo 15.
- _____ (2006). *Política Nacional de Ordenamento do Território*. Brasília, MI.
- PAVIANI, A. (org.). (1999). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília, Editora UnB.

- PAVIANI, A. e GOUVEIA, L. A. C. (orgs.) (2003). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília, Editora UnB.
- PAVIANI, A.; FERREIRA, I. e FÓSCULO, F. (orgs.) (2005). *Brasília: dimensões da violência*. Brasília, Editora UnB.
- VASCONCELOS, A. M. N. et alii (2006). *Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o aglomerado urbano de Brasília*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, Caxambu, MG, setembro.
- ZALUAR, A. (1999). "Violência e crime". In: MICELI, S. (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira* (v. 1). São Paulo, Ed. Sumaré.

Recebido em Fev/2007
Aprovado em abr/2007

